

Vida Internacional

A questão romana--Estado das relações entre o Vaticano e o Quirinal--A caminho da solução?

Fala-se muito nos grandes problemas de ordem material, discutem-se com apaixonado calor os interesses que giram em derredor d'uns jazigos de carvão ou duns poços de petroleo, mas quasi se esquecem — ou esquecem-se de todo alguns problemas de ordem moral, em que o direito e a boa razão estão do lado dos que não possuem exercitos nem esquadras a espumar as aguas turgescentes dos oceanos.

E' uma caracteristica dos tempos novos, que o cronista entende dever registrar...

Vem isto a proposito do mediano interesse com que a grande imprensa uma ou outra vez aludiu á questão romana, isto é, á querela existente em quasi 53 anos entre o Vaticano e o Quirinal.

A politica de vigorosa sinceridade que o mussolinismo está realizando na Italia dá a este grave problema uma candente oportunidade. Evidentemente o actual chefe do governo italiano procura encurtar a distancia que separa o Vaticano e o Quirinal. Medidas habeis e justas, que afaçam o espirito catolico, são promulgadas não só por um principio de equidade e razão, mas tambem, por certo, com o intuito politico de complanar o invio terreno por onde poderia traçar-se um caminho conducente á conciliação.

A invocação do nome de Deus na declaração ministerial, tão singular n'um paiz onde oficialmente e por systema se praticava o ateismo por preterição; a assistencia do governo e do rei á missa do aniversario da victoria; a re-colocação do crucifixo nas escolas publicas; o restabele-

cimento do catecismo nas escolas primárias; a apreensão das publicações imoraes; o dilema posto aos filiados no fascismo de escolherem entre este e a maçonaria; — tudo isto são actos de energia e verdade, que o governo de Mussolini oferece á consciencia dos catholicos e aos dirigentes da Egreja como demonstrações palpaveis e tangiveis — *res, non verba* — da sua orientação em face dos problemas religiosos.

Em 11 de março d'este ano da graça, o commissario real de Roma, sr. Cremonesi, visitou o cardeal vigario. Não foi uma visita official, está bem de vêr. Mas por uma visita identica, de character inteiramente privado, o duro Crispi destituiu, em 1888, o sindaco Torlonia.

No dia 9 de abril passado celebrou-se o casamento da formosissima princeza Yolanda com o conde Carlos Calvi di Bergolo. A cerimonia religiosa nupcial realisou-se na capela Paulina, onde outr'ora se faziam as eleições pontificias. Foi a primeira vez que, desde 1870, a autoridade ecclesiastica permitiu a celebração d'uma cerimonia religiosa n'aquelle logar.

E' certo que a Santa Sé mantem de pé os seus direitos violados, mas os factos que deixo resumidos demonstram que ha, da parte do governo italiano, um sincero desejo de esbater as arestas mais duras da questão, desejo que não pode deixar de ter sido comprehendido nas altas esferas da politica ecclesiastica.

Os leitores sabem que o Quirinal e o Vaticano pertenciam outr'ora ao mesmo dono e senhor. Desde 20 de setembro de 1870 não é assim. O Vaticano ficou sendo a residencia official do Pontifice Romano, que lá se considera cativo, como protesto contra o esbulho; e no Quirinal ficou residindo o soberano da Italia unificada. O reino temporal dos Papas ficara encorporado no novo reino da Italia una. Esta profunda transformação era relembrada frequentemente na linguagem official pelas expressões : *Roma capital, Roma intangivel, terceira Roma*, diferente da dos Cesares e da dos Papas, etc.

A Santa Sé nunca deixou de protestar contra o esbulho cometido em 1870 e salientou principalmente o seu protesto quando, em 8 de junho de 1903, o cardeal Rampolla, secretario de Estado de Leão XIII, publicou a famosa nota diplomatica sobre a visita dos soberanos catholicos ao Quirinal, nota que o cardeal Merry del Val, secretario de Estado de Pio X, reeditou em 28 de abril de 1904 e que dizia assim:

O chefe de qualquer nação catholica ofende gravemente o Soberano Pontifice vindo a Roma, isto é, á propria Sé pontificia e no proprio palacio apostolico, prestar homenagem áquele que, contra todo o direito, retém o seu principado civil e lhe coarcta a liberdade e a independencia necessarias.

Faz-se mister reconhecer, todavia, que a situação mudou muito. A propria *união sagrada* dos anos duros da guerra poz os catholicos em contacto com o governo. Chegaram a formar parte dos diversos gabinetes alguns catholicos de nome e responsabilidade. Depois veio a agitação social subsequente á guerra. As hostes da Rebelião aprestavam-se para um ataque decisivo á Ordem social. Como medida de salvação publica, a Santa Sé permitiu aos catholicos italianos que tomassem parte nas eleições de 1919 e 1921. E logo n'este ultimo ano os catholicos levaram ao Montecitorio para cima d'uma centena de deputados, o que quer dizer que nenhuma maioria parlamentar podia estabelecer-se contra o colectivismo revolucionario sem o concurso d'aquelle ardido e disciplinado grupo.

D'aqui resultou que as autoridades civis se viram, por necessidade politica, obrigadas a ter para a Santa Sé e para o clero catholico deferencias que até ahi eram desconhecidas. Foi o que se verificou, por exemplo, na ocasião da morte de Bento XV, na elevação de Pio XI e durante o Congresso Eucaristico internacional, que em 1922 se celebrou em Roma.

A estas tendencias de aproximação correspondia o Va-

ticano atenuando o rigor de certas medidas e atitudes nascidas da questão romana. Na sua enciclica *Pacem Dei munus pulcherrimum*, de 23 de maio de 1920, reiterando o protesto contra a *condição anormal* que a usurpação creára ao Papado, Bento XV anunciou o intento de moderar a rigidez das regras impostas aos soberanos catholicos no respeitante ás visitas ao Quirinal. Para auxiliar o restabelecimento da paz internacional, favorecida sempre pela permuta de visitas entre os chefes das nações, o protocolo da recepção dos principes catholicos seria analogo ao já usado para os principes e chefes de Estado não catholicos e posto em pratica a quando das visitas de Guilherme II, Eduardo VII, presidente Wilson, principe de Gales e principe Hiro-Hito, do Japão.

Este protocolo inaugurou-se no pontificado actual, quando os soberanos belgas visitaram Roma.

O Rei Alberto e a Rainha Izabel, hospedes do Quirinal, foram oficialmente recebidos no Vaticano, com todas as pompas protocolares, partindo porém o cortejo real da embaixada belga acreditada junto da Santa Sé e regressando, depois, do Vaticano á mesma embaixada.

Isto veio contado meudamente nas gazetas. O que, porém, não se escreveu em letra de fôrma e creio ser facto ainda inedito em Portugal é que, em obediencia a um desejo manifestado pelo Vaticano, nem o Rei da Italia nem os personagens officiaes do Quirinal usaram perante os soberanos belgas das consabidas designações: *Roma capital*, *Roma intangivel*, *terceira Roma*, etc.

A questão não está por certo solucionada nem a Santa Sé abdica dos seus direitos.

Na sua primeira enciclica *Ubi arcano Dei*, de 24 de dezembro de 1922, Pio XI acentuou bem que a destruição do poder temporal dos Papas foi uma *violencia hostil* e tem todo o character d'uma transgressão do direito, creando á Santa Sé uma condição anormal, que é «motivo de grave e permanente tristeza para os fieis do mundo inteiro.»

A lei das garantias, sempre vigente e que o Estado italiano pode modificar ou abrogar a seu capricho, põe a

Santa Sé n'uma dependencia politica e juridica incompativel com a liberdade, dignidade e soberania do Pontificado.

Tem-se estudado duas soluções para a questão romana. A primeira, a *solução territorial*, seria a restituição d'um pequeno territorio á Santa Sé, territorio que seria independente e onde a soberania pontificia seria plena e livre de pressões e entraves. A segunda seria a *solução internacional*: um estatuto diplomatico colocaria a independencia e as prerogativas da Santa Sé sob a garantia de todas as potencias resignatarias.

Para que solução se inclinará de preferencia o Vaticano? Evidentemente qualquer d'estas soluções oferece melindres muito especiaes e poderia efectivar-se em modalidades variadissimas. E' um assunto extremamente delicado e grave, em que ambas as partes teem de proceder com a maior prudencia e ponderação.

O que é certo é que a atmosfera moral é admiravelmente propicia ao sincero estudo d'esta magna e complexa questão e existem, como acima demonstrei, apreciaveis indicios de que ela se encaminha para uma fase melhor — e talvez para a solução.».

Correia Marques.

**“REVISTA PORTUGUESA,,
(edição semanal de critica)
anuncia a proxima sahida
de uma edição litteraria,
mensal, com o mesmo titulo
“REVISTA PORTUGUESA,,**
